### FACULDADE DE LETRAS UNIVERSIDADE DE COIMBRA

# FICHEIRO EPIGRÁFICO

(Suplemento de «Conimbriga»)

**247**INSCRIÇÕES 843-845



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ESTUDOS EUROPEUS, ARQUEOLOGIA E ARTES

COIMBRA 2023

#### ISSN 0870-2004

FICHEIRO EPIGRÁFICO é um suplemento da revista CONIMBRIGA, destinado a divulgar inscrições romanas inéditas de toda a Península Ibérica, que começou a publicar-se em 1982.

Todos os volumes estão disponíveis no endereço http://www.uc.pt/fluc/iarq/documentos index/ficheiro.

Publica-se em fascículos de 16 páginas, cuja periodicidade depende da frequência com que forem recebidos os textos. As inscrições são numeradas de forma contínua, de modo a facilitar a preparação de índices, que são publicados no termo de cada série de dez fascículos.

Cada «ficha» deverá conter indicação, o mais pormenorizada possível, das condições do achado e do actual paradeiro da peça. Far-se-á uma descrição completa do monumento, a leitura interpretada da inscrição e o respectivo comentário paleográfico. Será bem-vindo um comentário de integração histórico-onomástica, ainda que breve.

José d'Encarnação | CEAACP

Toda a colaboração deve ser dirigida a: fe.revista@uc.pt

Ficheiro Epigráfico | Instituto de Arqueologia | Palácio de Sub-Ripas Rua de Sub-Ripas 3000-395 COIMBRA | PORTUGAL

A publicação deste fascículo só foi possível graças ao patrocínio de:



### FRAGMENTO DE ARA ANEPÍGRAFA DE DONAI (BRAGANÇA)

(ciuitas Zoelarum, conuentus Asturum)

Fragmento de ara de granito, correspondente à sua parte superior ([34,8] x 24,3 x 23,5 cm), que conserva o capitel e uma fração do fuste, ostentando, ainda, marca de um reaproveitamento como coiceira, indiciado por um rasgo numa das faces que terá sido destinado a fazer rodar um eixo de madeira, possivelmente de porta.

Foi detetado em reaproveitamento na alvenaria da parede de um edifício (de habitação, até aos anos 50) da aldeia de Donai, no concelho de Bragança, por Jorge da Costa – então programador e curador do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais e presentemente diretor do Museu do Abade de Baçal – no decurso de uma atividade de lazer em maio de 2020, tendo nessa altura comunicado a suspeita de se tratar de uma peça antiga a um dos signatários [CA].

Aquando da ida ao local, em 01 de junho do mesmo ano, foi possível comprovar a antiguidade da peça e a sua relação com a época romana. Esta confirmação foi motivo suficiente para a Junta de Freguesia de Donai envidar todos os esforços no sentido de retirar a peça da parede do imóvel na qual fora reaproveitada e não antes detetada por se encontrar rebocada. A referida parede corresponde ao alçado principal do imóvel

correspondente ao n.º 34 da rua Nossa Senhora de Fátima, localizado no centro da aldeia e atualmente pertencente a Luís Martins<sup>1</sup>. Aí integrava a alvenaria pobre de serpentinito local com terra argilosa como ligante e com reboco de argamassa de areia e cal: encontrava-se assentado no afloramento xistento em que a parede se firma (FIG. 1).

A peça, após a sua retirada da parede e condução para as instalações da Câmara Municipal de Bragança, foi objeto de detalhada observação e registo.

A face anterior do monumento (FIG. 2a-d) corresponderá à que apresenta o rasgo referido, o qual tem, de comprimento, largura e profundidade, 14,5, 8,9 e 4 cm, respetivamente. Este afeta praticamente toda a parte central do capitel (21,2 x 24,3 x 23,5 cm), designadamente a cornija e o parapeito que corre entre os *puluilli* que o rematam. O acabamento das superfícies graníticas, de grão fino, aponta nesse sentido, pois esta face apresenta-se algo alisada enquanto a oposta, à semelhança das laterais, se mostra com um acabamento menos fino, com acentuadas marcas do trabalho de lavra, que são ainda mais notórias em redor do fóculo, cujo diâmetro exterior ronda os 10 cm e o interior os 4 cm.

No centro do topo, fóculo tendencialmente circular delimitado por cordão (espessura variável entre 1,1 e 1,5 cm), enquadrado pelos *puluilli* cilíndricos, lisos e sem qualquer apontamento decorativo, bem como, nas faces anterior e posterior, por tabela à altura dos mesmos que surge como prolongamento da cornija (FIG. 2e). Este recurso cria em ambos os alçados a sensação de os topos dos *puluilli* estarem embebidos.

A cornija lisa corresponde a um friso com altura significativa, unindo-se à molduragem de ligação ao fuste que corre todos os lados. Esta é constituída por cordão e quarto de círculo, cujo perfil vai apresentando irregularidades variáveis nas quatro faces.

Os autores agradecem publicamente ao proprietário a pronta disponibilidade para autorizar a retirada da peça, bem como ao Presidente da Junta de Freguesia de Donai, Sr. Manuel José Rodrigues, o empenho nos contactos e intermediação no processo, e à Câmara Municipal de Bragança, pelas facilidades concedidas para o seu estudo.

O fuste ([13,6] x 18,3 x 18,8 cm) apresenta-se sempre liso, mas incompleto por fratura irregular e ligeiramente enviesada que o seccionou.

Do ponto de vista tipológico, o coroamento aproxima-se de um tipo de cornija desenvolvida cujo plano se prolonga num remate em frontão<sup>2</sup>, mas neste caso resulta simplesmente numa placa retangular.

Com exceção do dano profundo induzido pelo rasgo que terá acolhido mancal, pois há na extremidade interna vestígios mais profundos de desgaste provocado pelo seu rodar, o estado geral é razoável, apenas com algumas escoriações que afetam essencialmente as arestas. A do lado direito da face principal do fuste encontra-se mais fustigada, estando inclusive o topo do *puluillus* bastante esmurrado, tal como está o do oposto na extremidade traseira.

A ausência de qualquer texto inibe o apontar de uma funcionalidade concreta para este altar. Inclusive, o facto de se conservar um trecho considerável da parte superior do fuste sem vestígio algum de incisão pode abrir a hipótese de não ter chegado a receber qualquer texto gravado. O único dado objetivo de que dispomos para pensar a natureza funcional prende-se com a análise das restantes epígrafes de época romana associadas ao contexto territorial em causa. Todos os exemplares até agora conhecidos têm finalidade funerária e o suporte é distinto. São 10 estelas (nove de granito e uma de xisto)<sup>3</sup> com proveniência num assentamento de época romana não demasiado distante da aldeia conhecido por Sagrado<sup>4</sup>. De

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> G. Gamer – Formen römischer Altäre auf der Hispanischen Halbinsel. Mainz am rhein: Philipp von Zabern, 1989, TAD 10 e 13, sendo ambos os exemplares de mármore.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> ERRB 19, 28, 30, 47, 48, 52, 55, 69, 84, 105 [A. REDENTOR, Epigrafia romana da região de Bragança, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2002 = ERRB].

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> F. S. Lemos, *O povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*, Braga, [s. n.] (Tese de Doutoramento, Universidade do Minho), 1993, IIa, 74-77, classifica-o como povoado romano, situado entre uma vertente abrigada e suave e um fundo de vale, tendo associados consideráveis vestígios cerâmicos, bem como cantarias e restos de mós. Integra a base de dados Endovélico com o CNS 4878 (https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=56495).

acordo com informação recolhida após a identificação do fragmento de ara, o anterior dono do imóvel onde se reaproveitou, familiar (avô) do atual proprietário, terá sido também detentor de parcelas rústicas na área do Sagrado, pelo que é plausível apontar como contexto arqueológico para a peça este arqueossítio.

Outro dado que podemos trazer à colação é que a utilização de aras como suportes funerários tem mínima representação regional: três suportes deste tipo, sendo um deles de mármore<sup>5</sup>.

Não podemos, obviamente, deduzir, sem mais, que este suporte desempenhou funcionalidade votiva, mas apenas afirmar que, caso assim não tenha sido, configurará ainda uma situação excecional à luz do nosso atual conhecimento.

> CLARA ANDRÉ Armando Redentor



Fig. 1: Fachada principal do edificio onde se encontrava reaproveitado o fragmento de ara (assinalado com seta azul).



Fig. 2: Fragmento de ara anepígrafo: a, face anterior; b, face lateral direita; c, face posterior; d, face lateral esquerda; e, topo.

# EPÍGRAFE ROMANA NA IGREJA DA MISERICÓRDIA (ÉVORA)

Apresentamos uma inscrição romana achada na cidade de Évora, mais concretamente nas imediações da igreja da Misericórdia (Fig. 1)<sup>1</sup>. A epígrafe foi documentada, inicialmente, no princípio do século XVIII e recolhida na obra *Noites de Évora*, de António Francisco Barata, publicada no século XIX<sup>2</sup>.

#### A leitura é a seguinte:

 $D(is) \cdot M(anibus) \cdot S(acrum) / SEX(tus) \cdot IVL(ius) \cdot MAVRINVS / V(ixit) \cdot ANN(os) \cdot XX \cdot IVL(ia) / MANSVETA \cdot MATER / FILIO \cdot PIENTISSIMO / FECIT \cdot S(it) \cdot T(ibi) \cdot T(erra) \cdot L(euis)$ 

Consagrado aos deuses Manes. Sexto Júlio Maurino viveu 20 anos. A mãe, Júlia Mansueta, fez ao filho pientíssimo. Que a terra te seja leve.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Gostaríamos de agradecer à professora Cláudia Teixeira da Universidade de Évora, pelas suas indicações e ajuda no que se refere à análise epigráfica.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Barata (António Francisco), *Noites de Évora – Miscellanea poetica, romantica e de varia historia.* Minerva Eborense. Évora, 1897, p. 13.

Trata-se de um cidadão romano de pleno direito, devido a ser referido pelos seus três nomes (*tria nomina*). O texto em si é bastante canónico: inclui uma consagração aos deuses Manes, seguida pela referência ao dedicado e a respetiva idade. A dedicante é a mãe, certamente também cidadã, devido ao seu grau de parentesco.

As fórmulas finais podem considerar-se igualmente canónicas: refere a piedade do filho e que a mãe mandou fazer o epitáfio. A epígrafe termina com a fórmula funerária habitual: que a terra te seja leve. A afinidade tribal de ambos os indivíduos não é mencionada, impossibilitando tecer considerações mais concretas em relação à proveniência geográfica. No que diz respeito à cronologia da epígrafe, segundo as formas utilizadas, esta seria datável do século I-II d. C.<sup>3</sup>

Apesar de ter sido descrita em 1721, referindo a sua descoberta em 1711, pouco sabemos do contexto em que foi achada a epígrafe. Igualmente é impossível localizá-la.

É referida a destruição da muralha romana adjacente à atual igreja da Misericórdia até aos seus alicerces, estando a epígrafe em princípio reutilizada nestes. É também mencionada a descoberta de uma sepultura, que, pela descrição, contida no documento, poderia tratar-se de uma incineração, uma vez que na descrição se refere um baú. Não obstante, como se trata de uma breve descrição, não é possível exercer uma adscrição mais precisa da tipologia funerária.

O facto de a muralha passar por esta zona da cidade não é novidade, uma vez que já existem estudos que abordam esta problemática<sup>4</sup>. Não obstante, um dado relevante que é levantado

No documento apresentado por António Francisco Barata, a transcrição da inscrição utiliza o U maiúsculo em vez de V; para o presente artigo foi adotada a normalização da grafia epigráfica.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> García y Bellido (Antonio), "El recinto mural romano de Évora – *Liberalitas Iulia*", *Conimbriga* X, 1971, p. 91; Trillmich (Walter) *et alii, Hispania Antiqua* – *Denkmäler der Römerzeit*, Verlag Philipp von Zabern, Mainz, 1993, p. 229; De Man (Adrian), *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Tese de Doutoramento, FLUP, 2008, p. 295; Vieira (Frederico), "Nuevos datos en relación al fenómeno de los *spolia* en la muralla tardía de la ciudad de Évora" *in* P. Mateos Cruz y C. J. Morán Sánchez, *Exemplum et Spolia: la reutilización arquitectónica en la transformación del paisaje urbano de las ciudades históricas*,

com esta descrição do século XVIII é o facto de a necrópole se ter localizado nessa parte da cidade. É de igual relevância que este espaço funerário possa ser anterior à construção do recinto defensivo, por ter sido implantado sobre uma sepultura.

Outra questão que deve ser tomada em conta é o facto de a epígrafe, aquando da sua descoberta, pode ter feito parte do aparato construtivo da muralha eborense. Apesar de a sua construção ser inicialmente de época romana, a muralha sofreu diversas destruições e consequentes obras de manutenção. Provavelmente a que mais contribuiu para o seu estado atual foi aquela a que se procedeu em época medieval, aquando da sua destruição pela incursão do rei Ordonho II em 913<sup>5</sup> e que deverá ter reutilizado bastantes dos seus elementos construtivos (Vieira, 2020).

Outro dado que nos proporciona a descrição do século XVIII é a data exata de quando se demoliu esta parte da primeira muralha de Évora. Atualmente, o local não contém vestígios da fortificação, apesar de a sua topografia denotar elevações que devem estar relacionadas com vestígios deste recinto.

Frederico Vieira<sup>6</sup>

Irene Salinero-Sánchez<sup>7</sup>

Instituto de Arqueología de Mérida, 2020, pp. 215-220.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> VIGUERA (María Jesús); CORRIENTE (Federico), *Crónica del Califa 'Abdarrahman III An-Nasir entre los años 912 y 942 (al-Muqtabis V)*, Zaragoza, 1981, pp. 81-83.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Arqueólogo. <u>fadh.vieira@gmail.com</u>

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Professora. Faculdade de Artes e Humanidades. Área de Arqueologia. Universidade Rey Juan Carlos, Madrid, Espanha. <u>irene.salinero@urjc.es</u>

## Epigraphia lapidar

«Em 26 de 8br.º de 1711 desmanchando-se a muralha velha defronte da Miserico rdia desta cidade para a obra que na Igreja se fazia, a qual muralha se desmanchou athe aos fins do alicerce, se achou aver ali huma sepultura por q.¹º se acharão sinco pedras no m.º alicerce da muralha lavradas em forma de hum baú, do comprimento de sinco palmos, huma das quaes se verá no pateo da Miz.ª aonde hoje 13. de Junho de 1721 junto a outras pedras que estavão deitadas no alicerce da muralha que aqui nesta p.¹º passa de 20. palmos de larga, estava hua pedra marmore m.¹º bem lavrada com as seg.¹es letras:»

D. M. S.
SEX. IUL. MAURINUS
V. ANN. XX. IUL.
MANSUETA. MATER.
FILIO. PIENTISSIMO.
FECIT. S. T. T. L.

Este cippo, que um conego da Sé, da casa Cordovil, viu no seculo passado, não existe hoje.



#### 845

### ESTELA DE BETRINA PROCEDENTE DE CORIA, CÁCERES

(Conventus Emeritensis)

En uno de nuestros viajes por el territorio de la antigua *Caurium* tuvimos noticias de la existencia de una inscripción romana en una casa particular situada en la plaza Cava, en el interior del recinto amurallado de la ciudad. Intentamos acceder al interior de la vivienda en varias ocasiones, pero no se nos permitió el acceso a la misma. Afortunadamente se nos facilitó una fotografía de la piedra, a partir de la cual hemos podido hacer el siguiente estudio.

Se trata de la parte superior de una estela funeraria de forma rectangular elaborada en granito, rota en su parte inferior. No es seguro que la rotura afecte al texto, pues parece apreciarse trazos de la letra inicial de una sexta línea. Presenta un avanzado estado de deterioro y apenas se distinguen las distintas grafías, dificultando enormemente la lectura del texto.

BETRINA [?] LVBAECI F(ilia) AN(norum) [---] H(ic) S(ita) EST AVELEA D(e) S(uo)] [?]

+[---]

Las letras, muy desdibujadas, se reconocen muy débilmente por la distinta coloración que la disolución del granito ha provocado en las depresiones de las mismas. Son capitales con rasgos rústicos y no se aprecia interpunción.

Si nuestra lectura es correcta, la inscripción conmemora a la difunta Betrina, hija de Lubaecus, por parte de Avelea, cuya relación de parentesco o no se especifica o se ha perdido con la rotura de la piedra. Betrina es un antropónimo desconocido hasta la fecha en la epigrafía peninsular. No así Lubaecus, que presenta una dispersión exclusivamente lusitana<sup>1</sup>, pues, salvo dos casos procedentes de Salvatierra de los Barros (Badajoz) v Santa Colomba de Somoza en León, sus testimonios epigráficos se extienden por la zona centro occidental de la Península Ibérica, con una especial concentración en tierras de Turgalium y de Norba Caesarina, con ejemplares en las localidades de Abertura<sup>2</sup>, Ibahernando (CILCC II 544 y 577), Herguijuela<sup>3</sup>, Torre de Santa María<sup>4</sup> v Robledillo de Truillo: caso este último en el que aparece como Lubacus (CILCC I, 253); y en otra inscripción de Plasenzuela como *Libaecu* (CILCC II, 658). Además. se documenta un único testimonio en territorio de Capera, procedente de la localidad de Santibáñez el Bajo<sup>5</sup>.

VALLEJO RUIZ (José María), Antroponimia indígena de la Lusitania romana, Vitoria 2005, 334-336.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> ESTEBAN ORTEGA (Julio), *Corpus de inscripciones latinas de Cáceres II, Turgalium*, Cáceres 2012, 358 = CILCC II.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> ESTEBAN ORTEGA (Julio), "Estela de *Apana* y *Tritea* procedente de Herguijuela, Cáceres", FE 177, 670.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> ESTEBAN ORTEGA (Julio), Corpus de inscripciones latinas de Cáceres I. Norba. Cáceres 2009. 358 = CILCC I.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Esteban Ortega (Julio), Corpus de inscripciones latinas de Cáceres IV.

Por su parte, el antropónimo femenino *Avelea* solo se documenta en Lusitania. Se conocen tres casos más en la epigrafía extremeña, dos procedentes también de Coria (CILCC IV, 1182 y 1194) y uno, ya en territorio de *Turgalium*, hallado en la localidad de Aldeacentenera (CILCC II, 449). Fuera de Extremadura contamos con dos testimonios en *Igaeditania*<sup>6</sup>.

La ausencia de los dioses Manes y la fórmula funeraria incompleta parece indicar una cronología temprana, de comienzos o mediados del siglo I d. C.

JULIO ESTEBAN ORTEGA



845



845